



ATA N.º 37/XI-3º/2015-16

1 - Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, pelas 21H00, na Academia de Instrução e Recreio Almadense, sita na rua Capitão Leitão, nº 64, em Almada, realizou-se uma Reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Eleição do Representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil, nos termos do artigo 41, alínea i) da Lei nº 27/2006, alterada e republicada pela Lei nº 80/2015, de 03 de agosto.

3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal de Declaração de reconhecimento de Interesse Público Municipal do Arsenal do Alfeite SA. “Licenciamento Industrial”.

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “ Redelimitação e Estratégia da Operação de Reabilitação Urbana Simples do Porto Brandão”

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “ Redelimitação e Estratégia da Operação de Reabilitação Urbana Simples da Cova da Piedade”

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara sobre “Recrutamento excecional de 45 postos de trabalho de assistente operacional por recurso a procedimento concursal destinado á época balnear e prevenção de fogos florestais.

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d’Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Ana Catarina Ribas Lopes; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Alexandre; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho e José Ricardo Dias Martins.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal José Alberto Azevedo Lourenço, com ausência no dia 28 de dezembro de 2015, (Ent. nº 5024/XI-3º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal Daniel Pedro Sobral, com ausência no dia 28 de dezembro de 2015, (Ent. nº 5129/XI-3º), (**Conforme Anexo II**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 28 de dezembro de 2015, (Ent. nº 5137/XI-3º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Cantante Faria de Bastos, com ausência no dia 28 de dezembro de 2015, (Ent. nº 5138/XI-3º), (**Conforme Anexo IV**).

4.1.1- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Sr. José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de dezembro de 2015, do eleito Sr. José Alberto Azevedo Lourenço e por impedimento do cidadão Sr. António Abrantes de Almeida, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos V e VI**).
- O Candidato Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de dezembro de 2015, do eleito Sr. Daniel Pedro Sobral e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso, do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Helga Cristina Rosa Ribeiro - PEV, do cidadão Sr. Mário Filipe Burriga Nunes de Castro, do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da Costa e da cidadã Sr.ª Ana Isabel Ricardo Pato Estevens, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII**).
- A Candidata Sr.ª Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, apresentada a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de dezembro de 2015, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIV**).
- O Candidato Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, apresentado a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de dezembro de 2015, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XV**).

4.2 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da União da Junta das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de



janeiro, e devido a justo impedimento do Presidente do respetivo Órgão Autárquico, é substituído e na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó - Senhora Anabela de Matos Tavares, (**Conforme Anexo XVI**).

4.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Olímpio Oliveira, em representação da Associação - Brilhar e Crescer = A.B.C - Almada (Presidente), residente em Almada.

5.1.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Olímpio Oliveira

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu sou Olímpio Oliveira, Presidente da Associação Brilhar e Crescer denominamo-la ABC Almada, cujos objetivos e valências estão sintetizados num dossier que gostaríamos de entregar no final aos Partidos Políticos representados aqui.

As nossas valências estão para instalação de um Centro Social com Lar Sénior, Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Apoio a família, Apoio aos sem abrigo com um local de higiene pessoal e algum apoio e uma refeição quente diária. Apoio a integração social e comunitária, proteção do cidadão na velhice e invalidez em todas as situações, em falta de meios de subsistência. Também um Centro Educacional com ATL, Infantário e Creche, Centro de Estudos, Formação Profissional e outras atividades, como Gabinete de Ação Social, Gabinete de Apoio às famílias carenciadas, violência doméstica, emigração. Utilização de mão de obra do reformado, gabinete de inserção profissional, apoio ao desempregado, formação nas áreas de informática e música e promover o emprego à comunidade.

Gostava ainda de pontuar duas questões importantes, estamos há seis meses a trabalhar neste projeto direcionado para a utilização do antigo edifício da EDP e temos no momento junto à EDP uma proposta de aquisição do complexo, naturalmente que estamos abertos a outras valências que melhor conjuguem os anseios e necessidades dos munícipes e autarcas. Também pedimos junto à Câmara a viabilidade do referido complexo EDP assim o chamamos, a 12/08/2015 e naturalmente hoje para culminar o avanço das negociações necessitávamos urgente dessa resposta, assim é a nossa parte neste projeto.

Quero agradecer a oportunidade e a atenção com votos de boas entradas e um 2016 com saúde e prosperidade a todos.”

5.2 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Ilídio da Fonte Ramos, residente em Almada.

5.2.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Ilídio da Fonte Ramos

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sou morador em Almada, rua Garcia de Orta há algum tempo, pouco, e verifico o seguinte, moro frente ao Parque Ferraz, onde tenho duas netas que gostariam muito de frequentar o



parque para estarem expostas ao ar livre e brincarem inclusive, mas não o podem fazer por ele ser frequentado por animais caninos em especial desde as seis e pouco da manhã e à noite, onde defecam em cada canto e as crianças a começar pelos meus nestes e verifico pelos outros são afastados e não o podem frequentar como é óbvio. Venho a esta Assembleia pela primeira vez apelar ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores que dentro do possível, para ver se conseguem uma solução, porque desculpem a franqueza mas espaços verdes não abundam em Almada como noutros locais e desperdiçamos uma obra prima como aquela e não a deixar às nossas crianças para usufruírem dela, acho que é um grande pecado. Se não se importam deixaria uma sugestão porque verifiquei ainda agora em Lisboa, no Jardim do Campo Grande, um espaço reservado a caninos, devidamente vedado com bebedouros inclusive, onde eles têm o seu espaço e as crianças e os seus acompanhantes não são privados de poder frequentar esses espaços. Sei que também aqui no espaço Ferraz jardim do lado esquerdo da avenida Rainha D. Leonor quem circula da direção do Centro Sul, havia um espaço em tempos destinado aos caninos, mas na verdade ele não é utilizado e os cães andam por todo o parque. Desculpem o incómodo, desculpem o tempo que vos tomei e muito obrigado.”

5.3 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Luís Filipe Lopes dos Santos, residente em Almada.

5.3.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Luís Filipe Lopes dos Santos

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho aqui apresentar quatro questões que gostava que fossem resolvidas. A primeira é o acesso à zona ribeirinha do Caramujo que está em péssimo estado devido ao elevado número de carros que ali circulam atualmente devido aos melhoramentos que a Câmara ali realizou.

O segundo ponto já não é a primeira vez, nem a segunda, nem a terceira vez que falo neste assunto, que é o Hospital Particular de Almada que é o seguinte, continua a não haver acesso aos carros para estacionar dentro daquele hospital, ainda hoje quando chovia os doentes ao entrarem dentro daquele hospital tinham que atravessar aquela rotunda que ali está em macas ou em cadeiras de rodas, não deixam as ambulâncias entrar dentro do parque de estacionamento e continuamos na mesma, nada disto é resolvido.

E agora o terceiro ponto que é a chamada praia do Caramujo. Neste momento está pior, quando o Sr. Presidente e o Sr. Vereador lá foram visitar naquela vez que nós pedimos uma deslocação ao local. A gente gostava que fossem retirados aqueles dejetos que lá estão, continuam a lá estar naquele areal.

O último ponto é o caso da Ciclovía. A Ciclovía ali junto à Escola José Gomes está bloqueada por carros, os utentes desta Ciclovía não podem por lá passar quando chegam àquele sítio têm que ir para a estrada. Acontece que é extremamente perigoso, as crianças



circularem ali naquela Ciclovía, naquela parte daquela Ciclovía, porque ao sair da Ciclovía por causa dos carros que ali estão estacionados, ao passarem para a estrada torna-se extremamente perigoso. E agora, como eu sou ciclista gostava de saber para quando a Ciclovía até à Costa da Caparica? É tudo, boa noite e bom ano.”

5.4 - Usou da palavra o Município Exm.º Senhor António Pinto dos Santos, residente em Almada.

5.4.1 - O Município Exm.º Senhor António Pinto dos Santos

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu vinha aqui só chamar atenção por causa da limpeza aqui da rua. Eu moro há quarenta e sete anos na rua D. Francisco Manuel de Melo e nesses anos todos se lá vi os homens da limpeza uma vez ou duas foi muito. E os passeios, aquilo está tudo esburacado, aquela relva parece uma selva e eu pedia ao Sr. Presidente se fazia ali uma limpezazinha naquela rua, pelo menos na minha rua, já que as ruas lá em baixo na Cova da Piedade, principalmente a rua Pedro Nunes, aquilo também está numa miséria, aquele jardim a relva é só sacos de plástico, papéis, aquilo está ali uma grande porcaria. De maneira que era só chamar atenção disso por causa da limpeza na nossa cidade, porque está um bocado suja.”

5.5 - Usou da palavra o Município Exm.º Senhor Diogo S. de Matos Sobral, em representação da Juventude Centrista Almada, residente em Almada.

5.5.1 - O Município Exm.º Senhor Diogo S. de Matos Sobral

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É com enorme prazer que a Juventude Centrista de Almada volta mais uma vez a esta Assembleia Municipal. É na qualidade de Presidente da recém-eleita Comissão Política que a este local vem de forma breve endereçar a vossa excelência Presidente da Câmara ao demais executivo e a todos os Deputados Municipais, os mais sentidos votos e um bom ano de trabalho neste ano que está prestes a começar.

Se me permite gostaria que em nome do meu antecessor Telmo Ribeiro que ali está, agradecer a sua abertura institucional para receber a Juventude Centrista e para ouvir as suas propostas na área da juventude.

Indo ao encontro daquilo que aqui me trouxe exatamente há uma ano, a Juventude Centrista veio a esta Assembleia Municipal reclamar a abertura e normal funcionamento do Fórum Municipal da Juventude. Relembro a vossas excelências que o mesmo fórum estava em período de inatividade desde junho de 2012. Em outubro voltámos mais uma vez a este órgão pedindo ao Sr. Presidente da Câmara para que o Fórum Municipal não ficasse esquecido por mais um ano. Um ano depois o Fórum Municipal da Juventude volta aos trabalhos. Este longo período de espera a Juventude Centrista vem hoje aqui a esta Assembleia agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almada o sentido de compromisso e responsabilidade em querer trazer de volta a este Fórum, permitindo assim



aos jovens de forma singular, às Associações juvenis do nosso Concelho e às juventudes partidárias a possibilidade de juntos construirmos um Concelho mais jovem e tenho a certeza mais rico em capital social.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, somos jovens democratas cristãos e como tal não acreditamos na política do “bota abaixo”, por isso não temos dificuldades em reconhecer que nem tudo no nosso Concelho ligado à juventude está mal. Acreditamos piamente que na política deve vigorar o princípio da honestidade intelectual permitindo assim que apesar das nossas diferenças seja possível alcançar políticas neste Concelho para todos os jovens. Daremos sentido ao caminho que já foi feito, continuamos a trabalhar para os jovens particularmente já no próximo Fórum Municipal da Juventude onde vai ser discutido o Orçamento Participativo.

Para terminar quero dizer a todos vós, muito obrigado por esta receção e desejar a todos vós um bom ano de trabalho 2016.”

5.6 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

5.6.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Começar por agradecer a disponibilidade mais uma vez manifestada pela Academia Almadense para nos ceder o espaço para a realização desta Assembleia Municipal e saudar a Direção e o seu corpo associativo.

Saudar os Srs. Múncipes que aqui intervieram, agradecer as suas intervenções.

Sobre aquelas que foram dirigidas a questões relacionadas com a limpeza e a salubridade do espaço público, elas vão ser encaminhadas aos serviços para atuarem quer no que diz respeito à questão do mau uso pelos canídeos do Parque Júlio Ferraz e quer no que diz respeito à adoção de medidas para que também os seus donos possam passear os seus animais sem prejuízo para a saúde pública e para o bem estar dos nossos Múncipes.

Em relação às questões da limpeza da rua D. Manuel Melo e rua Pedro Nunes, tomámos nota e os nossos serviços irão naturalmente intervir, depois dir-se-á das diligências que vão ser feitas pelo serviço.

Também aqui em relação ao Sr. Ilídio.

Em relação às questões do acesso à zona ribeirinha do Caramujo, é uma zona onde estão a haver várias intervenções embora numa fase inicial, mas o objetivo é que a intervenção se faça de uma forma sistemática, muito em breve os nossos serviços irão intervir de forma sistemática.

Agradecer a informação que aqui trouxe em relação às questões onde já tínhamos intervindo há cerca de ano e meio. E naturalmente lá voltaremos.



Sobre as questões da Ciclovia, a preocupação que manifestou é preocupação que todos temos, quer no que diz respeito a permitir que ela tenha bom uso, quer no que diz respeito a evitar o bloqueamento por parte do estacionamento abusivo, nos sítios sobre a via.

Em relação ao Hospital de Almada, procuraremos diligenciar junto do hospital já como sabeis na parte de trás do hospital existe um vasto espaço para estacionamento e provavelmente será possível arranjar uma solução mais cómoda para todos.

Em relação às questões que nos foram colocadas pelo Sr. Olímpio Oliveira, enfim é de saudar todas as iniciativas na área social que se pretendam desenvolver, de qualquer maneira e em primeira mão era necessário dizer que a própria Câmara Municipal tem um projeto em relação àquele edifício. Não é público, como devem imaginar, mas nós também temos contato com a EDP em relação ao uso para aquele espaço. No entanto, manteremos contato e procuraremos salvaguardar o projeto que procuram desenvolver. Mas a informação tornou-se pública agora, mas já há alguns meses a esta parte temos estado a diligenciar junto da EDP também e de outros parceiros para a concretização de um projeto relacionado com aquele espaço que envolve a rua de Olivença, o parque, o chamado parque da Monumental e toda aquela zona que pretendemos intervencionar. Faz parte do projeto de intervenção também esse edifício e a questão fica colocada. De qualquer maneira saudamos a iniciativa e com certeza que procuraremos contribuir para que ela se possa realizar no interesse de todos.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Diogo Sobral. Referir, o Sr. Vereador António Matos esteve na reunião do Fórum, foram agendadas um conjunto de iniciativas, vai-se realizar a Quinzena da Juventude, mas no âmbito dos trabalhos do Fórum tal como disse, está previsto também correspondendo a uma Moção aqui aprovada na Assembleia Municipal, está previsto lançar-se um projeto em que enfim, vulgarmente chamado aqui o Orçamento Participativo, mas em que se incentivem os jovens a apresentar projetos e para o qual será destinada uma verba para que possam concretizar os projetos que venham a ser apresentados e que depois no âmbito do Fórum e na base de um Regulamento que o próprio Fórum estabelecerá pelo menos penso que é assim que o desenho foi estabelecido venha depois a ser selecionado.

Todas as iniciativas que venham das juventudes partidárias, das nossas associações juvenis naturalmente que serão bem acolhidas e portanto agradecer a vossa iniciativa.

Sr. Presidente era isto que queria dizer agora.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou da entrada na Mesa de uma Proposta de Candidatura para a Comissão Municipal de Proteção Civil, designada por Lista A para Representante Efetivo - Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas - Excelentíssimo Senhor Ricardo Jorge Cordeiro Louçã e Representante Suplente - Presidente da União da Junta das Freguesias da Caparica e



Trafaria - Excelentíssima Senhora Teresa Paula de Sousa Coelho, assim como das aceitações de candidatura, (**Conforme Anexos XVII, XVIII e XIX**).

6.2 - Usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luísa Ramos (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Almadense Aníbal Silva) e João Geraldês (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão e Autarca António Júlio).

6.2.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Almadense Aníbal Silva

Faleceu no passado dia 15 de dezembro, o cidadão almadense Aníbal Silva, figura distinta e referência de vida desportiva, associativa e social do Concelho de Almada.

Aníbal Cardoso da Silva, de seu nome completo, nasceu em Almada a 24 de janeiro de 1937.

Frequentou a Escola Industrial Fonseca Benevides e o Instituto Industrial de Lisboa.

Foi na Escola Industrial que começou a jogar Andebol de Sete e que mostrou as suas grandes aptidões de desportista.

No mundo do trabalho e com as suas habilitações escolares destacou-se meritariamente como Oficial Maquinista da Marinha Mercante, Técnico Qualificado da Gascidla e Técnico Chefe da Empresa de Limpezas e Desgasificação “Gaslimpo”, empresa subsidiária da Lisnave.

Começou a sua vida associativa e desportiva no Almada Atlético Clube, onde foi protagonista maior do andebol.

No livro “Desportistas Almadenses” volume IV editado pela Câmara Municipal de Almada em 2004, da autoria de Henrique Mota, prestigiada figura do desporto e dirigente associativo, autodidata e publicista almadense, é dado a conhecer a vida desportiva de Aníbal Silva.

Diz-nos Henrique Mota sobre o desportista Aníbal Cardoso da Silva em época em que predominava o andebol de onze jogado em campos de futebol, só mais tarde é jogado o andebol de Sete em campos mais pequenos.

O andebol surge e criou raízes no Concelho de Almada por iniciativa do Almada Atlético Clube e no Campo do Pragal onde surgiam imensos jovens interessados na prática da modalidade.

Aníbal Silva, o “Viola” como era carinhosamente tratado, cedo começou a destacar-se na equipa de juniores. Era um jovem rapidíssimo, irrequieto, alegre e difícil de ser marcado. Fintava com facilidade, tinha remate pronto e bola no fundo das redes. Não tardou a jogar na equipa principal e a dar verdadeiros recitais de bem jogar.

Aníbal Silva casou-se no dia 27 de abril de 1958, precisamente o dia em que se realizou no campo do Pragal o encontro entre o Almada e o Salgueiros para o Campeonato Nacional. Foi dia grande para o andebol do Almada e inesquecível também para o Aníbal, emocionado e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

radiante, foi o melhor Jogador em campo, marcou cinco golos, sendo delirantemente aplaudido pela enorme assistência ao jogo.

Em 1959, o Almada estreou-se no Andebol de Sete, e sob o comando técnico de Adelino Moura sagrou-se campeão de Lisboa da 1ª divisão. A equipa maravilha era constituída por Aníbal Silva e outros também grandes referências do andebol como João Faustino, Joaquim Cortes, Jaime Soares, Orlando Laranjeiro, Fernando Mendes, Alberto Oliveira, Osvaldo Gralho, Carlos Gomes, Cesar Branco, Hermínio Feiteira, Luís Leal, José Correia, José Augusto.

Estes atletas seguiam as pisadas e ensinamentos dos mais antigos do andebol almadense entre eles: Orlando Avelar, Adelino Moura, Jaime Mendes, Rogério Santos, Fernando Jorge.

Em 1960 Aníbal Silva ingressa no Sport Lisboa e Benfica acompanhando os seus amigos Orlando Laranjeiro, Cesar Branco e Herminio Feiteira.

Em 1961 com os quatro Almadenses o Benfica sagrou-se Campeão de Lisboa e Campeão Nacional, como veio a suceder em outras Jornadas e o Aníbal Silva também contribuiu e viveu essas vitórias.

Aníbal Silva regressou ao Almada Atlético Clube que sob a orientação dos técnicos Adelino Moura e Carlos Guilherme de Almeida cometeu a proeza em três épocas seguidas do Clube ser campeão nacional da 2ª divisão.

Já com 40 anos, o Aníbal Silva passou a jogar no Ginásio Clube do Sul, corria o ano de 1976 o de relançamento do Andebol de Sete. Ao lado de César Branco constituíam um par imparável, exímios jogadores que mobilizaram adeptos enchendo o Pavilhão da Escola D. António da Costa. O Ginásio conseguiu a proeza de ascender à 2ª divisão e o Aníbal Silva terminava da melhor maneira a sua gloriosa carreira de desportista.

O Aníbal, o “Viola” como muita gente da Almada desportiva e associativa o conhecia e reconhecia, alcunha herdada do pai, o José “Viola”, trabalhador da CPP-Companhia Portuguesa de Pesca, no Olho de Boi - Almada.

Aníbal Silva com o seu passado de desportista, mas também com a sua forma de ser e se relacionar com o próximo era um estimulador de valores de cidadania e referência para a juventude do desportista amador.

Embora o Almada Atlético Clube fosse a coletividade do seu coração e o andebol a modalidade que o notabilizou, é justo referenciar que foi também referência, orgulho e ídolo nomeadamente no Benfica e no Ginásio Clube do Sul e exemplo de cidadania e relacionamento comunitário que muito prestigiou o Concelho de Almada.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Plenária no dia 28 de dezembro de 2015, presta sentida homenagem ao Cidadão Almadense Aníbal Cardoso da Silva, reconhece o seu contributo de excelência para o andebol, o desporto e o associativismo almadense, enaltece as suas qualidades humanas e cidadãs, manifesta pesar pelo seu falecimento e



apresenta à sua esposa Alice, ao seu filho José António e demais familiares sentidas condolências.”

6.2.2 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão e Autarca António Júlio

Faleceu no passado dia 6 de dezembro, aos 64 anos, o Cidadão, Autarca, Professor, Artista Plástico, Dirigente Associativo e Militante do Partido Comunista Português, António Júlio Mendes Pereira.

Nasceu em Chaves, fixando-se posteriormente em Lisboa onde conclui a licenciatura em Artes Plásticas e Escultura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa.

Enviado para a Guiné-Bissau em cumprimento do serviço militar obrigatório, aí fortaleceu os Ideais de Liberdade, e o seu profundo desejo de poder viver num país democrático, que veio a concretizar na madrugada tão esperada de 25 de Abril de 1974.

António Júlio dedicou a maior parte da sua atividade profissional à Educação e ao Ensino Artístico. Como Professor, lecionou em escolas de Lisboa e Almada, concluindo a sua carreira docente na Escola Secundária Professor Ruy Luís Gomes, no Laranjeiro.

Em termos associativos, integrou após o 25 de Abril de 1974 diferentes movimentos artísticos, tendo sido membro ativo da Imargem - Associação de Artistas Plásticos de Almada, onde exerceu diversos cargos diretivos, entre eles o de Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

As suas obras revelam a afirmação de um carácter e um estilo muito próprios, tanto nos traços que nos deixa no desenho e na pintura, como no esculpir da pedra, atividade em que se assume como escultor de significativa projeção artística, possuindo obras públicas nas Freguesias do Laranjeiro e do Feijó e noutros pontos do Concelho de Almada, exemplos maiores da expressão e capacidade artísticas de António Júlio.

A sua ação cívica conheceu igualmente expressão no exercício de diversas responsabilidades no Poder Local Democrático. Sempre eleito nas listas da Coligação Democrática Unitária em representação do seu Partido Comunista Português, foi eleito para a Assembleia de Freguesia do Laranjeiro nos mandatos de 1986-1989 e 2009-2013, tendo em ambos os mandatos exercido o cargo de Vogal da Junta de Freguesia do Laranjeiro.

No atual mandato exerceu até ao seu falecimento o cargo de Vogal do Executivo da Junta da União de Freguesias do Laranjeiro e do Feijó, assumindo os pelouros da Educação, Informação, Comunicação e Publicidade, e que apenas interrompeu em função da doença prolongada que o obrigou a retirar-se precocemente do nosso convívio.

António Júlio deixa-nos o seu exemplo de vida, frontalidade e fidelidade aos ideais de Abril, na defesa dos valores da Educação, Cultura e do Ensino Artístico, do Associativismo e dos princípios de Cidadania.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Extraordinária no dia 28 de dezembro de 2015, delibera:

1. Manifestar pesar pelo falecimento do Cidadão, Militante Comunista, Professor, Artista Plástico, Dirigente Associativo e Autarca empenhado que foi António Júlio Mendes Pereira.
 2. Apresentar à sua família, amigos e Assembleia e Junta da União de Freguesias do Laranjeiro e do Feijó as mais sentidas condolências.”
- 6.3** - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação dos documentos.
- 6.3.1** - O Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Almadense Aníbal Silva, apresentado pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovado por unanimidade.
- 6.3.2** - O Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão e Autarca António Júlio, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovado por unanimidade.
- 6.4** - Seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.
- 6.5** - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra: O Senhor Deputado Municipal Pedro Oliveira (apresentando a Moção/Deliberação “Pela concretização da construção do Hospital do Seixal” e Moção/Deliberação “Pela realização das obras na Escola Secundária do Monte de Caparica”) e no debate dos documentos apresentados usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Luísa Ramos, José Joaquim Leitão, Carlos Guedes e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.
- 6.5.1** - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):
- “Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;
- 6.5.1.1** - Moção/Deliberação Pela concretização da construção do Hospital do Seixal
- No passado dia 18 de Dezembro foi aprovada na Assembleia da República, com os votos a favor do PS, BE, PCP, PEV e PAN, a construção do Hospital do Seixal
- Tendo sido assinado um acordo estratégico em 2009 entre o Ministério da Saúde e a Câmara Municipal do Seixal, a verdade é que passados 6 anos nada foi feito como resultado da política de desinvestimento na saúde da responsabilidade do anterior governo do PSD e CDS. Nesse acordo pode ler-se “O Ministério da Saúde pretende instalar no Concelho do Seixal um hospital, integrado no Serviço Nacional de Saúde (SNS) que irá permitir racionalizar a oferta de cuidados de saúde na península de Setúbal, nomeadamente nos Concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra através de uma oferta de excelência, organizada em função das aspirações de um SNS moderno, flexível, eficiente e efetivamente ajustado às necessidades das populações”.
- Podemos afirmar que os pressupostos anteriormente enunciados se mantêm, sendo assim justificadas as exigências da população do Concelho do Seixal assim como dos seus órgãos



autárquicos que estiveram sempre disponíveis para encetar formas de luta diversas para concretização de um justo objetivo.

Em relação aos cuidados de saúde primários existem grandes lacunas pois os centros de saúde existentes no Distrito de Setúbal carecem de profissionais para providenciarem uma atempada resposta aos seus utentes.

As urgências do Hospital Garcia de Orta encontram-se em absoluta sobrecarga pois este Hospital foi construído para uma população de 150 mil habitantes tendo atualmente uma área de influência que corresponde a 450 mil pessoas. Os serviços estão muitos meses sobrelotados obrigando assim os utentes a períodos de espera muito prolongados apesar do esforço e do profissionalismo de médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde assim como dos assistentes operacionais.

A Assembleia Municipal de Almada reitera as posições anteriormente assumidas em defesa da construção do Hospital do Seixal.

A decisão agora tomada na Assembleia da República corresponde aos legítimos anseios da população do Concelho do Seixal e assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Extraordinária em 28 de Dezembro, delibera:

- Saudar a decisão assumida pelos deputados do PS, BE, PCP, PEV e PAN na Assembleia da República no que concerne à concretização da construção do Hospital do Seixal;
- Saudar a decisão assumida pelos mesmos deputados na Assembleia da República de reforço aos cuidados de saúde primários de saúde no Distrito de Setúbal;
- Saudar a população do Seixal e os seus órgãos autárquicos que há mais de uma década encetaram uma justa reivindicação que deverá ser concretizada a curto prazo.”

6.5.1.2 - Moção/Deliberação Pela realização das obras na Escola Secundária do Monte de Caparica

O Art.º 73º. da Constituição da República Portuguesa refere:

“1. Todos têm direito à educação e à cultura.”

“2. O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva.”

No passado dia 16 de Dezembro realizou-se mais uma ação de protesto, na sequência de outras realizadas anteriormente, de várias centenas de alunas e alunos da Escola Secundária do Monte de Caparica, na qual foi exigida o reinício das obras. Apesar de todas as promessas do governo anterior a toda a comunidade educativa, a verdade é que os contentores continuam a ser o local das aulas sem as condições mínimas e sem que se realizem as obras justamente reivindicadas.



Pela primeira vez em muitas décadas Portugal gastou menos com a educação do que a média dos países europeus. A diminuição abrupta do número de professores, de assistentes operacionais e de auxiliares de educação, assim como a redução das ofertas educativas e ainda a política global de desinvestimento e cortes do anterior governo, conduziu a uma situação que terá que ser, inevitavelmente, alterada e revertida refundando a escola pública de qualidade para a inclusão e como centro educativo aberto à comunidade.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Extraordinária no dia 28 de dezembro de 2015, delibera:

- Reiterar as tomadas de posição anteriormente assumidas exigindo a realização das obras na Escola Secundária do Monte de Caparica.”

6.5.2 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação a estas duas Moções serei telegráfico, mas também deixar claro a nossa posição que não é de agora, mas que importa também neste tempo em que temos um novo Governo deixar bem claro.

Em relação à Escola Secundária do Monte, dizer que iremos votar favoravelmente e é uma posição que também assumimos no anterior Governo. Aliás, eu próprio no desempenho de outras funções tive ocasião de promover visitas com a direção da Parque Escolar, com a Associação de Pais e com a Direção da Escola àquele estabelecimento porque realmente tínhamos e temos infelizmente algo que se tem arrastado há demasiado tempo e o facto de ter havido uma festa que se organizou a nível nacional que se chamou Parque Escolar, com um conjunto de opções de investimento no mínimo discutíveis seja do ponto de vista financeiro, seja do ponto de vista arquitetónico e técnico e que infelizmente conduziu a uma situação de insustentabilidade financeira que levou à falta de capacidade de execução de obra, sendo certo que nalguns casos deveria ter havido mesmo um reavaliar de obras ou de investimentos. Sendo certo que nós nunca deixamos de manifestar que no caso da Escola Secundária do Monte, era uma intervenção que já estava a meio e que portanto na primeira oportunidade o Governo deverá promover a intervenção tão rápido quanto possível porque os alunos realmente estavam há demasiado tempo a ter aulas em contentores. Apesar de os contentores e as condições não eram nada de demasiado periclitante, até por comparação com as condições que existiam na escola, mas ainda assim era importante e urgente, tão rápido quanto possível. E portanto infelizmente o anterior Governo não encontrou solução, é importante que o atual a encontre e portanto associamo-nos hoje como nos associámos no passado a esta reivindicação.

Em relação ao Hospital do Seixal, deixar claro que nós não mudámos de opinião em relação à visão que nós temos da necessidade de se repensar aquilo que é a utilidade, a urgência, a necessidade, mas também a relação custo benefício do investimento público desta natureza. E



nós vamo-nos abster em relação a esta matéria. Mas deixar bem claro que nós não nos esquecemos que o que está previsto pelo Governo socialista em relação ao Hospital do Seixal eu não sei se podemos chamar um hospital. E portanto a primeira questão que fica para memória futura é, o que é que vai ser ali feito? O que é que esta resolução, porque estamos nesta altura apenas a falar num projeto de resolução da Assembleia da República e não há calendário, não há orçamento, não há um prazo de execução, estamos a falar de uma resolução. Mas para memória futura vamos deixar já esta questão que tipo de hospital é que está ali programado, quais serão as garantias da sua execução, não apenas da infraestruturas mas também de recursos humanos, porque uma das questões que nos deve fazer pensar é se, e muitas vezes o ótimo é inimigo do possível, se temos ou não capacidade de investimento para infraestruturas, se temos ou não recursos humanos para ocuparem de forma eficiente essas infraestruturas, porque não é por acaso infelizmente algumas notícias têm vindo a público, não tem a ver com problema de agora, alguns têm a ver com problemas de gestão, mas sobretudo tem a ver com problema crítico e infelizmente demasiado arrastado no tempo que é falta de recursos humanos. E portanto, nós podemos construir um hospital, não sei se melhor, se pior, com todas as valências e especialidades, com urgência geral ou sem urgência geral, ou urgência especializada, aquilo que fica para memória futura é que hospital, com que profissionais, com que garantias. E portanto, não deixando de fazer esta ressalva que nos preocupa, porque não é apenas injetar dinheiro público ou fazer investimento público que resolve, porque se estas condições não forem garantidas à partida, não evita que esse investimento seja ao fim ao cabo também um desperdício e não uma resposta e uma solução que é isso que todos desejamos e por isso, face a estas dúvidas iremo-nos abster em relação a esta Moção.”

6.5.3 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Há intervenções que me deixam perplexa. Sr. Deputado Nuno Matias, evocou aqui os seus esforços junto do Governo anterior, o Governo que apoiou durante quatro anos na Assembleia da República, em relação às obras da Escola do Monte, criticou aquilo que chamou a festa da Parque Escolar, mas enquanto Deputado da República votou contra o projeto de resolução do PCP para acabar com o Parque Escolar e votou contra a exigência ao Governo para que e até dando corpo às manifestações e às reivindicações dos encarregados de educação, dos alunos e dos Professores, para que se iniciasse rapidamente as obras exatamente na Escola Secundária. Portanto, dizer coisas em Almada e fazer exatamente o seu oposto na Assembleia da República, não nos parece coerente. E aquilo que nós dizemos aqui, fazemos na Assembleia da República e vice-versa.

Mas também, já agora sobre as questões do Hospital do Seixal, enfim eu percebo, saudamos e apoiaremos esta Saudação, este Voto pela concretização da construção do Hospital no



Seixal, mas eu creio que o que se passou realmente no dia dezoito de dezembro foi uma votação pela construção. Ou seja, não a construção, porque a construção ela foi decidida em 2009, como a própria Moção aqui diz. E de facto nós consideramos de muito importante que quer o PCP, quer o Bloco de Esquerda na Assembleia da República tenham colocado de novo a urgência e a necessidade da concretização da construção. Efetivamente nós hoje, e é curioso também porque em Almada para além das Moções que nós apresentámos exigindo a construção ou denunciando até, ou fundamentando essa necessidade da construção do hospital no Seixal, pela sobrecarga, pela falta de capacidade de resposta pelo Hospital Garcia de Orta, enfim com as mortes que aconteceram o ano passado neste período das gripes, com a falta de recursos humanos, de médicos, de enfermeiros, com a desorganização efetiva dos serviços. Nós tínhamos na comunicação social às vezes algum eco, mas nem sempre, agora sim, agora está toda a gente a falar naquilo que são as consequências, porque ao contrário do que o Governo anterior dizia, os cortes na saúde tiveram vítimas e tiveram causas muito sérias. Ainda hoje há, por exemplo doentes oncológicos que deviam ter prioridade no acompanhamento e estão por exemplo há mais de um ano à espera de uma colonoscopia, porque não há especialistas para fazer os exames médicos no Garcia de Orta, ou consultas da especialidade com muitos meses de espera.

Nós para além da construção do hospital, para além daquilo que são as necessidades reais dos serviços, dos cuidados primários de saúde, insistimos também na necessidade do alargamento do funcionamento dos Centros de Saúde. Nós também achamos que devemos manter esta vigilância, esta reivindicação e estes alertas para que o SNS seja, volte à primeira linha de combate em defesa do SNS, em defesa da saúde dos portugueses, porque é um direito constitucional e acabar ou tentar diminuir para que tal como nas obras da escola, tal como os cortes na educação que o Serviço Nacional de Saúde, que os grandes serviços públicos sejam a prioridade e não a banca e não os dinheiros do povo para manter e salvar a banca que efetivamente tem sido e tem estado nas mãos de verdadeiros, enfim não digo o nome que me apetece, mas de gente de duvidosa honestidade.”

6.5.4 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em nome da bancada do Partido Socialista gostaria de expressar o apoio às Moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda. E da mesma maneira que nos associamos e apresentamos e anunciamos uma votação favorável, também gostamos de sublinhar o nosso repúdio e a nossa rejeição pela realidade que justificou, que motivou estas duas Moções.

Nós vivemos quatro anos no País, quatro anos e mais um bocadinho, em que os problemas foram varridos para debaixo do tapete, veja-se por exemplo o problema surgido recentemente do BANIF. Estávamos todos tão bem, estavam os cofres tão cheios e depois é ver estas (perdoem-me a expressar) castanhas rebentar. E o sacrifício todo para que foi convocado o



Povo português durante quatro anos tinha como objetivos exatamente a diminuição do deficit, a diminuição da dívida. E nós verificamos que esses objetivos tiveram a evolução que tiveram e a fábula, porque só de uma fábula se podia tratar, os cofres cheios, verificamos agora que se os cofres estão cheios ninguém sabe onde é que esses cofres estão. De facto o que aconteceu foi sacrifício, mas sacrifício sem nenhuma contrapartida, sem nenhuma justificação. E estas duas situações que estão na base destas duas Moções são obra de facto do décimo nono e vigésimo Governo, a obra do Governo traduz-se exatamente nisto, na paralisia, na incapacidade de resolver os problemas do País.

Relativamente ao hospital, perdoe-me o Sr. Deputado Municipal do PSD que lhe diga que a sua intervenção fez-me lembrar aquela fábula das uvas e da raposa. A raposa partindo do princípio que não chegava às uvas disse “estão verdes, não prestam”, mas quando viu cair a parra virou-se logo na perspectiva de poder deitar a unha a uma uva. Assim o PSD se refere ao hospital “o projeto não presta”, mas vamos ver depois como é que evolui no futuro.

Relativamente à Escola Secundária do Monte de Caparica. Eu penso que é importante nós termos uma abordagem razoavelmente equilibrada e uma abordagem séria destas matérias. O Governo Socialista empenhou-se na recuperação das Escolas Secundárias do País e dinamizou um projeto que teve uma tradução empresarial a Parque Escolar, e que teve obra feita no terreno. O PSD e penso que o CDS não concordaram com esse projeto e estavam no seu direito, o Governo do PSD estava no seu direito de questionar a orientação seguida pelo Governo Socialista no que diz respeito à Parque Escolar, e tinha em função desse distanciamento relativamente ao projeto em concretização, tinha um dever que era encontrar alternativas. E o que é que nós vemos depois de quatro ano e mais uns meses? Vemos que o que foi legado pelo vigésimo Governo ou vigésimo primeiro, foi a mesma Parque Escolar. Portanto, não houve nenhuma solução institucional para um instrumento de que se distanciaram e trataram tão mal até em termos da comunicação social e em termos públicos. Não conseguiram em quatro anos gerar uma alternativa à Parque Escolar, nem conseguiram dar resposta em concreto às escolas que tinham as obras atrasadas, com algumas, poucas exceções. E ao fim de quatro anos temos os mesmos problemas mas agudizados e com novas expressões da rede escolar a surgirem, porque relativamente à intervenção da rede escolar nós temos de conceber a intervenção do Estado como um fluxo, se o fluxo se interrompe e se há paralisia da administração os problemas avolumam-se, portanto ao fim de quatro anos temos mais problemas. Infelizmente um dos grandes problemas que temos é no território do Concelho de Almada que é o que se passa com a Escola Secundária do Monte de Caparica, cujos alunos estão há mais de quatro anos a ter aulas em contentores, esses contentores têm uma área que dificilmente alberga uma turma, com as orientações que estavam a ser seguidas ultimamente e têm condições de funcionamento nomeadamente em termos de ar condicionado, etc., etc., periclitantes, portanto não são soluções boas para os



alunos de modo nenhum. E quando se sai dos contentores temos a lama no inverno, não temos condições minimamente aceitáveis para os alunos. É esta a herança que nós temos neste momento e é esta situação que se tem de dar solução e a solução tem que ser urgente e por isso nós no fundo associamo-nos com todo o gosto a esta Moção do Bloco de Esquerda, porque sendo uma herança que foi deixada, é um problema concreto que existe e é um problema que exige solução e portanto nós associamo-nos obviamente à procura da solução que urge e que terá de ser encontrada o mais rapidamente possível.”

6.5.5 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, e começando pelo fim porque esta história de fábulas faz lembrar aquela da formiga e da cigarra, todos nós sabemos que em 2011 não havia nos cofres do Estado oportunidade e meios para executar aquilo que foi um conjunto de investimentos públicos lançados pelo anterior Governo Socialista, que a única coisa que deixou foi cinco castanhas de dívidas para cortar, pagar e tentar ajustar. E por isso eu acho extraordinário ainda haver a coragem de defender um conjunto de opções, quando não deixou sequer dinheiro para as pagar. E portanto nós percebemos, e com isto também gostaria de deixar o esclarecimento à Deputada Luísa Ramos, eu em Almada mas também na Assembleia da República fui exatamente o mesmo e disse exatamente o mesmo, a única diferença, e daí o sentido de voto em relação a uma iniciativa do Partido Comunista e não só, tinha a ver com o tempo de execução e de intervenção. Isto porquê? Porque nós desde o início sempre dissemos que na primeira oportunidade tinha que haver uma intervenção na Escola, mas percebemos o contexto que estávamos a viver, é que nós estamos a viver numa altura e há que regressar pelo menos a 2011, 2012 onde o Governo português e esse tipo de intervenções do ponto de vista de investimento público estavam maniatados do ponto de vista de opções orçamentais. E portanto, aquilo que resulta claro é que aquilo que foi a nossa intervenção, mas também formalmente a nossa iniciativa, porque passou pela visita, passou pela questão formal ao membro do Governo, mas também às diligências junto do Governo, foi assumir a nossa posição pública de necessidade de intervenção na primeira oportunidade. Claro que aquilo que me pode dizer é que os Srs. apresentavam uma proposta de intervenção urgente, bom, há aqui um conceito de disponibilidade e sustentabilidade de intervenção que é isso que às vezes nos divide. Não é a opção, não é a visão, não é às vezes até o objetivo, é como que é que se concretiza, quem paga e de que forma é que é sustentável. Porque aquilo que resultou claro na questão da Parque Escolar e foi mais uma das muitas castanhas que vieram relativamente em mau estado em 2011 para o Governo ter que resolver, é que havia um conjunto de disponibilidades financeiras que eram exigidas para concluir essas obras, mas Portugal tinha a dívida que vinha de trás e que era necessário pagar, não permitia solucionar e aquilo que é verdade, podem dizer que em quatro anos não se resolveu o problema da



Parque Escolar, é verdade não se resolveu, mas resolveram-se outros problemas que os Srs. se calhar enquanto cigarras foram acumulando porque com a música que foram cantando enganaram muita gente e deixaram muitas dívidas.”

6.5.6 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Gostava de assinalar esta última passagem da intervenção do Sr. Deputado Municipal do PSD, que esclarece parte e contraria parte da intervenção inicial que foi o reconhecimento que o Governo durante quatro anos não foi capaz de dar uma solução institucional à questão da intervenção do Estado nas escolas e não conseguiu resolver no concreto as situações que existiam no terreno. E esta assunção de responsabilidades quanto a mim assumida de forma cristalina, gostaria de a sublinhar. Relativamente às castanhas que eventualmente ficaram para rebentar, eu chamo atenção que os recursos sendo escassos e por definição os recursos são sempre escassos, são às vezes mais escassos para umas coisas do que para outras, e é nessas opções em que os recursos são utilizados, não num sentido, mas sim noutra, que se deve de facto pousar a atenção para caracterizar os intervenientes. E relativamente à educação, as escolas, o meio de intervenção da Parque Escolar foram deixadas ao abandono na generalidade dos casos durante estes quatro anos e chegámos ao fim com o mesmo modelo institucional e com as obras por fazer. E neste momento aquilo que tem que se fazer é encontrar uma solução institucional se for caso disso e realizar as obras atrasadas. Mas o Governo anterior não ficou parado, agiu e canalizou os recursos em função das suas opções, não houve dinheiro para pagar as obras nas escolas, mas houve dinheiro para desviar recursos humanos necessários nas escolas, mas houve dinheiro para alargar os contratos de associação para aumentar as verbas alocadas em função das turmas e por aí fora. Portanto, há de facto opções, as opções são assumidas em função do projeto político dos Governos, neste caso e nós temos de tirar as devidas ilações, não se trata apenas de dizer, o País foi deixado na miséria e nós resolvemos o problema, porque nós já vimos que não resolveram o problema, não deram resposta às necessidades e à situação do País, neste momento é uma situação que resulta do facto da incapacidade para responder às necessidades do País. E penso que isto era importante ficar aqui sublinhado. Recursos obviamente que são recursos, obviamente que atravessamos momentos difíceis, não questionamos isso, agora os recursos que existiam foram canalizados sim em função das opções do Governo e é relativamente a essas opções do Governo anterior que gostávamos de deixar aqui claramente o nosso distanciamento e até porque não dizê-lo o nosso repúdio.”

6.5.7 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós temos aqui hoje estas duas Moções, não para que pudéssemos assistir a este apontar do dedo entra a Bancada do PS e do PSD ou para responsabilizar quem quer que fosse por



algo que todos nós sabemos que existiu, que foram umas obras que foram mal conduzidas e que foram interrompidas, deixaram a Escola Secundária do Monte de Caparica no estado em que está, e nós faremos e temos feito a nossa avaliação sobre o trabalho da Parque Escolar e sobre os quatro anos de Governo do PSD e do CDS, mas neste momento o que nos importa mesmo é resolver o problema daquelas crianças que ali se encontram a ter aulas sem condições, daqueles Professores e Professoras que ali estão a lecionar sem terem condições e daqueles trabalhadores, alguns do Ministério, que estão a trabalhar numa situação sem condições.

Quanto ao hospital, eu creio que já tudo foi dito, mas creio que também todos nós temos consciência da necessidade que faz aquele hospital. Quanto aos meios humanos ou ao próprio hospital em si, não nos caberá a nós discutir isso, mas a fuga de meios humanos no caso dos enfermeiros por exemplo, nós sabemos bem de quem é a responsabilidade, porque não somos nós aqui que decidimos oferecer aos enfermeiros e enfermeiras deste País que trabalham ao fim de semana a quatro euros por hora, não nos cabe a nós resolver esse problema.”

6.5.8 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não é nosso costume, como se deram conta, de intervir neste período da ordem do dia, designadamente durante o período de debate das Moções que são apresentadas pelas várias bancadas, a não ser que a isso sejamos chamados por qualquer intervenção ou pedido de qualquer um de vós.

De qualquer maneira em relação a estas duas questões, eu queria sublinhar que em relação à escola é inaceitável aquilo que se está a passar. Nós mal iniciámos o Mandato fizemos uma visita à escola, conhecemos a situação, tomámos nota de uma comunicação do Governo sobre as escolas em que pretendia intervir e não encontrámos lá esta escola. Trata-se de uma escola que serve uma zona que do ponto de vista demográfico está em crescimento e crescimento de jovens, carenciada, onde tem exatamente ao lado uma escola superior de referência internacional. Parece-nos depois de visitar aquela escola, o vermos o pequeno esforço que faltava para acabar, é completamente incompreensível aquilo que se passou de dois anos para cá. Nada justifica, a não ser uma grande insensibilidade social, em que a escola não tenha sido terminada em tempo. Porque, volto a dizer se visitaram a escola devem ter dado facilmente conta disso, aquilo que falta fazer para que a escola funcione é relativamente pouco. Eu penso que é desumano aquilo que ali se passou, e acho que é perfeitamente justo que esta reivindicação aqui apareça.

Em relação à questão do hospital. Naturalmente que ao discutirmos a questão do hospital é neste momento, nós não podemos deixar de trazer à nossa memória aquilo que o ano passado por esta altura se dizia à comunicação social, eu tenho aqui uma notícia de



27/02/2015 que dizia assim “de acordo com o último boletim de vigilância epidemiológico do Instituto Ricardo Jorge, (toda a gente sabe o que é, entre dezembro de 2014 e 22 de fevereiro deste ano), registaram-se mais 4625 mortes do que era esperado”. Portanto, acima daquilo que era esperado registou-se mais 4625 mortes. O maior registo da época gripal, etc.. E toda a gente ouviu com certeza o Presidente da Câmara, esta pessoa dizer nessa altura que o Sr. Ministro da Saúde se devia demitir perante o que se estava a passar. O Sr. Ministro da Saúde não só não se demitiu como até de alguns setores inesperadamente recebeu alguns elogios pela sua clarividência e pelo seu rigor na condução das coisas públicas.

E em relação ao caso concreto do hospital, o que é necessário dizer não é voltarmos a rediscutir aquilo que está mais do que rediscutido, que é a necessidade do hospital. O hospital foi reconhecido como necessário pelo estudo feito pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, era Presidente da dita a Sr.^a Dr.^a Ana Jorge, na altura até se identificava a necessidade de um hospital de várias centenas de camas de agudos, é disso que estamos a falar, depois a Escola de Gestão do Porto dirigida pelo Sr. Professor Daniel Bessa, veio a reconhecer, depois de um debate prolongado que era necessário um hospital com pelo menos 150 camas de agudos, uma instituição imparcialíssima. Depois aquilo andou enrolado porque as camas já não eram de agudos e que seriam necessárias outras camas e que haveria um outro estudo de uma empresa de consultadoria, e depois de muita insistência lá apareceu o dito estudo que voltava a reconhecer a necessidade de umas centenas de camas de agudos e depois de o processo ter sido lançado, e não foi por acaso que ele foi assinado pela Câmara do Seixal e pelo Ministério da Saúde, porque havia um compromisso da parte da Câmara do Seixal em relação às infraestruturas que era necessário para o hospital, por isso é ela que assina e não as outras Câmaras. Não se trata de um processo de intenção, estamos já a falar de um projeto que é para desenvolver. Depois enrolam-se as questões em termos do projeto e do processo e já numa fase em que nós tivemos ocasião de dizer ao Sr. Ministro da Saúde que não havia para já nenhuma despesa, era necessário era que o projeto não parasse e quando houvesse o dinheiro que se fosse fazer e interrompeu-se completamente o processo, o processo parou sem justificação nenhuma, estávamos numa fase em que era necessário, não era gastar muito dinheiro, mas algum dinheiro para que o projeto se fizesse, não era a construção do edifício, o seu equipamento, nada disso, ficámos todos parados. O que devia ter acontecido no dia 5 de janeiro ou 6 de janeiro de 2011 ficou congelado. A necessidade do hospital é mais do que reconhecida pelas pessoas que vivem nesta zona, é reconhecido por todos os estudos técnicos que foram feitos em torno do hospital, não há nenhuma razão de ordem técnica para que o processo não continue e é isso que para já se pede, é que o processo volte a entrar no seu caminho, seja retomado e seja concretizado. O projeto é um projeto modular que



inclusivamente admitia que fosse sendo construído por fases em relação à matéria do hospital, a cirurgia do ambulatório, a possibilidade de ter uma urgência básica onde os Centros de Saúde desta Região do Seixal e de Almada não estão equipados, drenam tudo para o Hospital Garcia de Orta como toda a gente sabe, onde nós encontramos aquela situação miserável que encontrámos o ano passado. Aliás há um Deputado ou Vereador, penso eu do PSD, que é justamente médico no Hospital Garcia de Orta e conhece perfeitamente a situação, que aliás se viveu no ano passado. São coisas perfeitamente evitáveis e os custos da saúde como ontem um jornalista dizia, enfim não há gastos, há ali uns trocadilhos entre gastos e custos, é que os custos da saúde não são só os custos que se medem, medem-se também os custos na vida, a tal que diz que não tem preço e também os custos que representam para as pessoas aquilo que são de facto a necessidade de procurarem cuidados de saúde noutra lado e muitas vezes sem que esses cuidados de saúde se reflitam no seu bem estar. E tanto assim é que não faltam para Almada como não faltam para o Seixal os projetos de entidades privadas para fazer unidades de saúde nos nossos Concelhos, não faltam. E portanto, faça-se o hospital público no Seixal, ele tem um projeto inteligente e deve com certeza avançar, é um projeto modular pode sempre crescer e ser adaptado às nossas necessidades. Numa Península que se pretende ser um ponto de referência nacional até do ponto de vista do seu desenvolvimento naturalmente não pode ter um serviço de saúde ao nível daquilo que neste momento são os serviços de saúde na Península de Setúbal. E portanto, desenvolver o País é também dar saúde aos seus trabalhadores, aos seus habitantes, aos seus familiares, àqueles que nos visitam a todos nós para que a Península de Setúbal seja um lugar seguro onde toda a gente possa vir, possa chegar e possa saber que é bem tratado e é isso que quero dizer. Amanhã às 10h30 estaremos com o Sr. Ministro da Saúde, com o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Seixal, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra e os Srs. Presidentes das Assembleias Municipais, também lá estaremos com o Sr. Ministro da Saúde para discutir a questão do hospital do Seixal.”

6.6 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados.

6.5.1 - A Moção/Deliberação “Pela concretização da construção do Hospital do Seixal”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, com alterações, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis abstenções (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

6.5.1.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Pela concretização da construção do Hospital no Seixal

No passado dia 18 de Dezembro foi aprovada na Assembleia da República, com os votos a favor do PS, BE, PCP, PEV e PAN, a construção do Hospital do Seixal

Tendo sido assinado um acordo estratégico em 2009 entre o Ministério da Saúde e a Câmara Municipal do Seixal, a verdade é que passados 6 anos nada foi feito como resultado da política de desinvestimento na saúde da responsabilidade do anterior governo do PSD e CDS. Nesse acordo pode ler-se “O Ministério da Saúde pretende instalar no Concelho do Seixal um hospital, integrado no Serviço Nacional de Saúde (SNS) que irá permitir racionalizar a oferta de cuidados de saúde na península de Setúbal, nomeadamente nos Concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra através de uma oferta de excelência, organizada em função das aspirações de um SNS moderno, flexível, eficiente e efetivamente ajustado às necessidades das populações”.

Podemos afirmar que os pressupostos anteriormente enunciados se mantêm, sendo assim justificadas as exigências da população do Concelho do Seixal assim como dos seus órgãos autárquicos que estiveram sempre disponíveis para encetar formas de luta diversas para concretização de um justo objetivo.

Em relação aos cuidados de saúde primários existem grandes lacunas pois os centros de saúde existentes no Distrito de Setúbal carecem de profissionais para providenciarem uma atempada resposta aos seus utentes.

As urgências do Hospital Garcia de Orta encontram-se em absoluta sobrecarga pois este Hospital foi construído para uma população de 150 mil habitantes tendo atualmente uma área de influência que corresponde a 450 mil pessoas. Os serviços estão muitos meses sobrelotados obrigando assim os utentes a períodos de espera muito prolongados apesar do esforço e do profissionalismo de médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde assim como dos assistentes operacionais.

A Assembleia Municipal de Almada reitera as posições anteriormente assumidas em defesa da construção do Hospital no Seixal.

A decisão agora tomada na Assembleia da República corresponde aos legítimos anseios da população do Concelho do Seixal, Almada e Sesimbra e assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Extraordinária em 28 de dezembro, delibera:

- Saudar a decisão assumida pelos deputados do PS, BE, PCP, PEV e PAN na Assembleia da República no que concerne à concretização da construção do Hospital no Seixal;
- Saudar a decisão assumida pelos mesmos deputados na Assembleia da República de reforço aos cuidados primários de saúde no Distrito de Setúbal;
- Saudar a população do Seixal, Almada e Sesimbra e os seus órgãos autárquicos que há mais de uma década encetaram uma justa reivindicação que deverá ser concretizada a curto prazo.”



6.5.2 - A Moção/Deliberação “Pela realização das obras na Escola Secundária do Monte de Caparica”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, foi aprovada por unanimidade.

7 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a Eleição do Presidente da Junta de Freguesia Efetivo e Suplente à Comissão Municipal de Proteção Civil, por voto secreto.

7.1.1 - Não havendo mais propostas nem pedidos de palavra procedeu-se à distribuição dos boletins de voto e realizou-se a chamada, tendo os Srs. Deputados presentes exercido o seu direito de voto.

7.1.3 - Findas as votações os Srs. Deputados Secretários da Mesa procederam ao escrutínio.

7.1.4 - O Presidente anunciou que exerceram o direito de voto 38 eleitos, registando-se Vinte e seis (6) votos Sim, um (1) voto Não, sete (7) Abstenções, dois (2) Brancos e um (1) Nulo.

7.1.5 - Nestes termos o Presidente proclamou eleitos Representante Efetivo - Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas - Excelentíssimo Senhor Ricardo Jorge Cordeiro Louçã e Representante Suplente - Presidente da União da Junta das Freguesias da Caparica e Trafaria - Excelentíssima Senhora Teresa Paula de Sousa Coelho.

7.2 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 148/XI-3º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16/12/2015, sobre “Declaração de reconhecimento de Interesse Público Municipal do Arsenal do Alfeite, S.A “Licenciamento Industrial”, (**Conforme Anexo XX**).

7.2.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.2.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Proposta foi distribuída aos Srs. e Sr.ªs Deputadas, a Proposta prende-se com o pedido que nos foi dirigido pelo Conselho de Administração do Arsenal do Alfeite, para que no âmbito do processo de licenciamento industrial que aquela importante unidade está a levar a cabo, a Câmara e a Assembleia Municipal, o Município pudesse proceder à declaração de reconhecimento de interesse público do Arsenal do Alfeite.

Considerando as posições anteriores, aliás como se refere no primeiro ponto dos considerandos, tomadas já por este Município sobre a importância que tem o Arsenal do Alfeite para o nosso Concelho e para o País, designadamente considerando que se trata de uma unidade industrial cem por cento pública ao serviço da Marinha Portuguesa e do País e a importância dos postos de trabalho seja pelo seu número, embora hoje já diminuto, mas pela importante característica de que estes postos de trabalho se revestem, nós entendemos acolher esse pedido por forma a que o Arsenal do Alfeite possa estar em melhores condições



de corresponder à missão que se propõe. No imediato essa proposta é acompanhada com um propósito de intenção de recrutamento de pessoal, o que muito nos apraz e também nesse sentido podemos e entendemos que devemos cooperar com esse projeto, mantendo naturalmente a nossa posição de fundo e de princípio que se prende com o caráter cem por cento público do Arsenal do Alfeite e ao serviço da Marinha Portuguesa.”

7.2.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Bruno Dias e Pedro Oliveira.

7.2.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma saudação ao Municípes aqui presentes, uma saudação à Academia Almadense.

A Proposta apresentada pela Câmara Municipal e em relação ao Arsenal do Alfeite, de facto diz em poucas palavras aquilo que está em causa e aquilo que somos chamados a decidir. A Proposta foi distribuída, a Assembleia Municipal de Almada sempre se pronunciou de forma reiterada pela importância do Arsenal do Alfeite para o nosso Concelho e para o País enquanto unidade industrial para a manutenção e garante da operacionalidade dos navios da Marinha Portuguesa, ou seja, não apenas pela dimensão económica local de trabalho para gerações de almadenses e não só almadenses, mas desde logo pela dimensão estratégica para a Marinha, para Defesa Nacional para a Soberania Nacional. E a esse propósito importa aqui reafirmar aquilo que para nós CDU continua a ser uma questão central. O Arsenal do Alfeite não é uma empresa qualquer e não pode ser visto como um “prestador de serviços” da Marinha, como se de um corpo estranho se tratasse, que estivesse no mercado à espera de umas encomendas. Não é, nem pode ser assim. O que tem que ser assumido e concretizado e retomado de uma vez por todas, é um modelo de integração do Arsenal na Marinha Portuguesa, ou seja, que reconheça a realidade dos factos que se vive na prática, de que não há Arsenal sem a Marinha e não há Marinha sem Arsenal. Esta tem sido a luta dos trabalhadores Arsenalistas, nomeadamente desde 2009. E esta tem sido a posição que a CDU tem vindo a defender e a afirmar e que seguramente com o avançar dos tempos a realidade se encarrega de confirmar e dar razão a essa posição. Aliás, tal como nos transmitiram quer elementos da Marinha Portuguesa, quer do Arsenal a ligação entres estas infraestruturas é indissociável. Aliás alguém na Marinha um dia a propósito dos arsenalistas e do seu trabalho dizia assim, eles para nós são nossos camaradas porque é neles que confiamos quando vamos para alto mar. Ou seja, a garantia da operacionalidade, a continuidade do conhecimento, a investigação, as capacidades desenvolvidas no Arsenal e o retomar das capacidades que foram perdidas no Arsenal por opções dos Governos ao longo dos anos e estamos aqui a lembrar por exemplo a Escola de Formação do Arsenal do Alfeite, implicam a defesa do estaleiro em plena laboração, como se diz na Proposta, cem por cento pública ao serviço da Marinha portuguesa e do País e da defesa dos postos de



trabalho existentes e da criação de novos postos de trabalho que se justifiquem em função do desejável alargamento da atividade desenvolvida pelo Arsenal. Isto significa que o Arsenal tem não apenas o papel próprio na identidade do nosso Concelho, não apenas por razões simbólicas e históricas, mas pelo significado estratégico para a nossa soberania do papel que tem que desempenhar, que pode desempenhar e que desempenhará no futuro seguramente. E isto significa que o Arsenal não é nem tem que ser uma incubadora de projetos nem um espaço de, digamos assim, empreendedorismo naval, para isso há outras coisas, há outros projetos interessantes certamente. O Arsenal tem que ser um Arsenal de Marinha, tem que ser um Arsenal que é do ponto de vista do seu estatuto, nós não ignoramos que a realidade que está hoje à nossa frente implica ação, implica decisão e temos a consciência que o estatuto jurídico da empresa Arsenal do Alfeite S.A. coloca a necessidade do reconhecimento, do interesse público municipal para que nos termos da Lei possamos ter a regular atividade do estaleiro verificada e reconhecida pelas autoridades competentes. O Município de Almada nunca foi parte do problema em relação ao Arsenal, o Município de Almada sempre foi parte da solução. A proposta e a defesa da posição da CDU é sempre de defesa do Arsenal e dos seus trabalhadores e dos futuros trabalhadores do Arsenal pelo papel e pela missão que desempenham para a nossa soberania. Não querendo ser parte do problema e continuando sempre a fazer parte da solução queremos dar condições plenas para que o Arsenal do Alfeite, nos termos da Lei, nos termos do seu desenvolvimento, nos termos dos projetos de modernização que tanta falta fazem e que devem prosseguir e ir mais longe, tenha de facto essas condições que nós aqui com esta decisão também procuramos garantir e contribuir. Não abdicamos como dizia o Sr. Presidente da Câmara, não abdicamos desta ideia e deste projeto e horizonte de futuro que é realmente a integração do Arsenal na Marinha, pela missão que desempenha, pelo papel estratégico que deve desempenhar e para que não estejamos perante um fornecedor qualquer ou um prestador de serviços qualquer, desses que abrem e fecham tantas vezes, porque o País não pode correr esse risco, porque não pode dar-se ao luxo, porque o Arsenal do Alfeite é demasiado importante não só para o Concelho mas para o País.”

7.2.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O assunto que estamos neste momento a analisar e a refletir, é um assunto extremamente importante para o Concelho de Almada, para os trabalhadores que estão hoje no Arsenal do Alfeite S.A., para as suas famílias, mas para a continuidade de um estaleiro com as responsabilidades que teve ao longo de várias décadas. Hoje podemos analisar e refletir também sobre as propostas que foram apresentadas até 2009 e que ao arrepio da vontade dos trabalhadores e dos seus órgãos representativos não foi ou não foram ouvidas as propostas, não foram ouvidas as ideias, os responsáveis à época em 2009 não tiveram



sequer a capacidade de ouvir o que seria necessário implementar num estaleiro com as características do Arsenal do Alfeite, como referi. Ao longo de décadas soube responder soube construir, soube inovar mas não teve em termos de gestão aqueles que deveria ter para dar resposta ao que seria necessário para o País e a capacidade produtiva do Arsenal do Alfeite sofreu e sofreu bastante. E sofreram muitos trabalhadores que ao longo de décadas deram ali o seu melhor e que contribuíram de facto para um estaleiro que foi capaz de produzir e de fazer muito, fazer muito mais do que aquilo que eventualmente foi considerado. Quem ali trabalhou durante décadas sente de uma forma especial estes problemas, e quando lê que a atual Administração pretende vir aumentar o recrutamento de mais trabalhadores em número significativo a curto prazo, apraz registar esta situação. Porque o Arsenal do Alfeite chegou a ter três mil e oitocentos trabalhadores, e em 2009 ficou reduzido a seiscentos trabalhadores, pouco mais de seiscentos trabalhadores, e muitos deles foram empurrados ou para outros locais ou foram forçados a requerer a aposentação ou a passar à mobilidade. Mobilidade forçada, quando tinham todas as condições para continuar a desempenhar no estaleiro funções e tinham capacidade para responder às exigências que estavam a ser colocadas. Infelizmente à época o poder político assim não o quis fazer. E não ouviu aquilo que eram as reivindicações dos trabalhadores e os seus órgãos representativos. Hoje, nos finais de 2015 a esperança que temos e a esperança é no sentido da sua concretização, é que o Arsenal do Alfeite efetivamente possa crescer, possa dar resposta no ponto de vista da indústria naval e também da construção, porque tem condições em termos de projeto para fazer muito mais do que tem vindo a fazer, e o que está escrito como perspetiva a estabelecer a curto prazo, apraz-nos registar que se vier a concretizar seria positivo e será positivo para aqueles que lá estão e é preciso não esquecer, já aqui foi referido e o Bruno Dias referiu a Escola de Formação do Arsenal do Alfeite, o crime cometido nestes últimos anos com o encerramento da escola de formação, por onde passaram centenas de trabalhadores, centenas de operários que tiveram um papel relevante em toda a atividade no estaleiro. E portanto, um fator determinante para o futuro será certamente a reativação da Escola de Formação e a criação de condições para que o Arsenal prossiga a sua atividade.

A posição do Bloco de Esquerda relativamente ao Arsenal do Alfeite é clara, um Arsenal ao serviço do País, ao serviço dos trabalhadores, ao serviço de uma população que muito sentiu nos últimos anos a redução significativa de trabalhadores e esperamos que haja condições políticas para inverter e reverter tudo o que foi feito nos últimos anos e que de facto o Arsenal do Alfeite possa corresponder àquilo que ao longo de muitas décadas conseguiu fazer.”

7.2.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 148/XI-3º, foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:



Deliberação

A Câmara Municipal aprovou submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal de Almada a proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal, através de deliberação fundamentada, do “Arsenal do Alfeite, SA.”.

Refere a Câmara Municipal que a proposta deve-se ao “Arsenal do Alfeite, SA.” vir ao abrigo do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, e tendo em vista a regularização da sua atividade industrial junto da Agência para a Competitividade e Inovação - IAPMEI, requerer que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e por deliberação fundamentada, reconheça o interesse público municipal na regularização do estabelecimento/instalação do Arsenal do Alfeite, SA.

“Arsenal do Alfeite, SA.” que se situa na Base Naval de Lisboa, localizada no Alfeite, encontrando-se as suas instalações classificadas no Plano Diretor Municipal como recinto militar, integrando área de servidão militar.

A proposta para o reconhecimento do interesse público municipal fundamenta-se nos seguintes considerandos:

- Que as posições publicamente assumidas pelos órgãos das autarquias locais do Concelho de Almada, em diversos momentos e ao longo de todo o processo de constituição da “Arsenal do Alfeite, SA” desde a sua criação em 2009, apontam de forma clara e inequívoca no sentido da defesa intransigente do interesse municipal na manutenção em plena laboração daquela estrutura industrial, 100% pública e ao serviço da Marinha Portuguesa e do País, e da defesa dos postos de trabalho existentes e da criação de novos postos de trabalho que se justifiquem em função do desejável alargamento da atividade desenvolvida pelo Arsenal;
- Que dispõe o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro que a regularização da atividade do estabelecimento e instalação “Arsenal do Alfeite, SA” exige deliberação fundamentada do reconhecimento de Interesse Público Municipal;
- O interesse municipal que a atividade socioeconómica desta empresa representa para o desenvolvimento, e no que respeita à criação de postos de trabalho, referindo explicitamente a proposta constante da solicitação que é dirigida ao Município de Almada que “pretende-se, com os mais de 508 trabalhadores em efetividade de funções, e procedendo-se ao recrutamento de mais trabalhadores em número significativo a curto prazo, dar pleno cumprimento ao nosso objetivo principal e assegurar um polo de manutenção e reparação naval militar e civil e estabelecer um centro de competências navais que explore sinergias com as entidades do Sistema Nacional de Investigação e Inovação”, com a conseqüente melhoria do nível de vida dos seus trabalhadores e da população em geral;



- Que a declaração de interesse público municipal solicitada pela Administração da “Arsenal do Alfeite, SA” não colide nem coloca em causa a defesa dos princípios atrás enunciados

Pelo que nestes termos e fundamentos a Assembleia Municipal de Almada em consideração do disposto na alínea a), do nº 4, do artigo 5º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, delibera Reconhecer de Interesse Público Municipal a regularização do estabelecimento e instalação “Arsenal do Alfeite, SA” aprovando para tanto a proposta da Câmara Municipal nos precisos termos da deliberação camarária de 16/12/2015.

7.3 - Entrou-se nos pontos 3.3 e 3.4 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nº 149/XI-3º e 150/XI-3º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 16/12/2015, sobre “Redelimitação e Estratégia da Operação de Reabilitação Urbana Simples do Porto Brandão” e “Redelimitação e Estratégia da Operação de Reabilitação Urbana Simples da Cova da Piedade”, (**Conforme Anexos XXI e XXII**).

7.3.1 - Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.3.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, pensamos que as Propostas são suficientemente claras. Este tema já aqui esteve noutras ocasiões em relação a outras áreas do nosso Município. Pensamos que é um projeto de grande interesse municipal, um projeto ganhador que nos tem trazido boas notícias e que tem andado muito bem. Trata-se de alargar a duas outras novas zonas que carecem desta e que esta nossa Proposta possa ser aprovada para que este processo possa ir mais longe. É o que está em causa, é isso, e pensamos que todos estamos suficientemente sensibilizados para o conteúdo das Propostas, e se houver alguma matéria em particular que queiram ver esclarecida naturalmente estamos à vossa disposição.”

7.3.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Avelar Pinheiro, Ricardo Louçã - Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.3.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu se calhar ia começar com uma pequena nota pessoal, uma vez que tenho alguma emoção em estar aqui na Academia Almadense, uma coletividade que o meu bisavô Francisco Avelar foi fundador, no qual os meus tios José Avelar, João Avelar e Salvador Avelar participaram por muitas vezes nos Corpos Gerentes, também devo dizer e vejo ali o retrato do Maestro Leonel Duarte Ferreira, a minha mãe foi executante aqui na Banda e no famoso Septimino Feminino de Saxofones.



Também já agora lembrar o comício da campanha do General Humberto Delgado na sala aqui ao lado em 1958, na sequência da qual foi possível a unidade da oposição democrática para essas eleições, igualmente também o comício da CDE em 1964 e a homenagem a José Alais, numa não era nascido na outra era muito jovem, nesta já estive presente pouco antes do 25 de Abril.

A pequena alteração da ordem de trabalhos faz-me alterar um bocadinho o que eu tinha escrito, mas nada de muito significativo e o que temos aqui em discussão são Operações de Reabilitação Urbana. À partida essas operações são instrumentos úteis, necessários, permitem uma melhoria das condições em que os privados podem fazer essa recuperação e portanto digamos que é algo que nos merece o apoio sem grandes dúvidas. No entanto eu queria sublinhar que, e tanto para a Piedade como para o Porto Brandão, conheço melhor a situação da Piedade uma vez que habito na Piedade há quase dezanove anos, eu penso que é necessário para a reabilitação urbana mais do que isto. Ou seja, é mais do que este instrumento aquilo que é necessário para ter uma reabilitação urbana real. E o que é necessário e o que é fundamental é trabalhar seriamente na qualidade de vida dos cidadãos. Sem isso não me parece que as zonas de recuperação urbana se tornem atrativas, porque as pessoas não terão interesse em ir para lá. E digamos, qualquer operação por muito bem construída e por muito bons instrumentos legais e fiscais que existam, não terá grandes possibilidades de ter sucesso.

Um dos Múncipes que interveio há pouco levantou alguns problemas que eu tinha previsto também levantar, nomeadamente a questão da ciclovia que eu me parece uma situação bastante lamentável aquilo que se passa, que depois de ano e meio uma ciclovia, quanto a mim, feita um pouco à pressa para as eleições, essa mesma ciclovia está votada ao abandono e é completamente inoperacional neste momento, até porque não temos ali carros estacionados, temos ali uma empresa que ocupa a ciclovia com as suas viaturas e com o seu lixo, os seus contentores, tudo isso. Não é só essa a questão, e aliás temos mais noutros sítios. O acesso ao rio pelo Caramujo também me parece uma questão importante já que poderia ser uma vantagem competitiva que a Cova da Piedade sempre teve, aliás é o que construiu a zona industrial da Cova da Piedade, foi o acesso ao Rio pelo Caramujo, que atualmente é algo que está num estado que eu diria muito degradado depois de ter sido aterrado em vários sítios. Temos uma situação que me parece escandalosa que são parques de sucata, existem em todas as zonas mais escondidas do Concelho, da Cova da Piedade em que não são só veículos em fim de vida, são empresas que se dedicam à sucata e que usam aqueles sítios como depósito de sucata, isso é completamente claro. Empresas que funcionam sem respeito algum pelos cidadãos, eu diria com alguma complacência da Câmara Municipal. Estou a lembrar-me, ainda hoje tive queixas de uma empresa que apareceu recentemente, de motociclos que tem publicidade nos sinais de trânsito, publicidade que é



feita em materiais da Câmara, se quiserem ir, na rua Rainha D. Leonor, na rua da Escola Primária encontrarão essa publicidade, uma empresa que entre outras coisas se dedicam a corridas de mota e a experimentar as motas nos espaços que ficam entre os edifícios, espaços que tinham alguma utilização industrial. E portanto, digamos que é preciso resolver estes problemas e sem estes problemas resolvidos parece-nos difícil o sucesso de alguma operação de recuperação urbana.

Eu devo dizer também que tanto na Piedade como no Porto Brandão se põe as questões históricas, e se põe as questões do património histórico. Na Piedade é bastante escandaloso porque a situação em que estão uma série de edifícios classificados, uma série de edifícios que são classificados e património municipal, património municipal alguns deles há mais de vinte anos e que estão num estado de degradação absolutamente lamentável e que é degradante e fomentador da degradação. Eu penso que sem o trabalho concreto nestes edifícios, muito dificilmente alguma operação terá sucesso.

No Porto Brandão digamos que me coloca a questão de três edifícios, aqui não são propriedade municipal, mas penso que são importantes. Ou seja, a S. Tomás de Aquino, a Torre Velha património bastante importante e o Lazareto, penso que é um trabalho importante, aí, e eu gostava de saber qual é o estado em que as coisas estão em relação a esses edifícios. Também devo dizer que há dois fatores que me parecem importantes, estes seriam fatores importantes no Porto Brandão, na Cova da Piedade há dois fatores importantes, primeiro é lembrar e penso que terá que ser um fator de recuperação urbana, lembrar que e ter a memória desse acontecimento que é um dos acontecimentos fundadores da nossa democracia e do País democrático que somos hoje, teve lugar na Cova da Piedade a Batalha de 23 de julho de 1833. Almada deveria ter um Centro de Interpretação desta Batalha, deveria fazer desta Batalha um fator de identidade e dinamização da cidade. Outro é a que a Cova da Piedade apesar de tudo, apesar desta degradação e os privados têm cuidado melhor do que a Câmara Municipal dos seus edifícios, Almada ou a Piedade tem um dos melhores exemplos em Portugal daquilo que era uma cidade industrial e portanto eu penso que nós devemos preservar e devemos fazer daqui um fator importante para a recuperação urbana.”

7.3.2.2 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Obrigado pela sua intervenção e pelas suas observações. De qualquer maneira nestas questões da reabilitação em primeiro lugar o que é que gostaria de sublinhar? Que o processo de reabilitação das nossas zonas históricas ou industriais degradadas digamos assim, conforme a abordagem que que queiramos fazer e no caso concreto quer do Porto Brandão, quer da Cova da Piedade encontramos aqui estas duas perspetivas, naturalmente que vão muito para além daquilo que são estes projetos que aqui trazemos. E é por isso que a questão da reabilitação urbana se tornou, no quadro da conceção do Portugal 2020 e dos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Fundos Comunitários uma questão da maior importância, e que todos os que estamos nesta Assembleia e os Srs. Deputados reconhecem que uma das grandes insuficiências deste Programa é justamente não ter dado a devida atenção a esta matéria, motivo pelo qual é praticamente unânime a necessidade de que o Programa tenha que ser reprogramado e que esta componente seja reconhecida e dada a devida importância e devida dimensão. Muito daquilo que disse em relação a projetos de maior folego e com o qual nós estamos de acordo necessita naturalmente de uma alavancagem financeira que está muito para além daquilo que são a capacidade própria que nós temos. No caso concreto do Silo por exemplo, que é uma unidade industrial emblemática, a primeira estrutura em betão armado construída no nosso País, a recuperação do Silo requer uma mobilização financeira muito significativa. Mas todos reconhecemos que pequenos remendos ficarão aquém daquilo que é necessário para uma intervenção, não quer dizer que não se possa fazer. Ainda agora fizeram lá os graffitis, é giro. Procura-se tornar aquele espaço mais acessível às pessoas, mais interessante, mais visitável, mais presente nas nossas preocupações. Isto tem um valor nós darmos visibilidade àquilo que também são os nossos problemas, também é importante que isso seja feito. Mas também sabemos que está aquém daquilo que é necessário. E a mesma coisa se passa em relação a outros importantes edifícios da Cova da Piedade, alguns que são do nosso património, alguns dos quais nós temos procurado encontrar soluções de parceria mais diversa, mas que voltamos sempre ao problema de saída. É necessário depois que se reúnam os meios de financiamento para que as coisas arranquem e até agora, é preciso dizê-lo, ou a Câmara ou o Município arranja esses meios e as coisas vão avançando à medida que esses meios existem, ou então as coisas não andam como nós desejamos. A nossa aposta é que com este projeto, é permitir que entrem para o processo de reabilitação quer da Cova da Piedade, quer do Porto Brandão outras entidades, designadamente as entidades privadas que também detêm imenso património e que poderão ajudar também a dignificar e a qualificar aqueles espaços. Isto não é esconder o que é de maior dimensão, volto a dizê-lo. Aquilo que pode ser estruturante para a imagem destes dois espaços, mas dizendo que nós não desistiremos de aí intervir, mas que é necessário que haja também em relação a estas matérias alguma atenção e mobilização nacional. O caso concreto do Caramujo que faz fronteira com o chamado Plano de Urbanização de Almada Nascente, também nesse aspeto não é um problema menor a sua localização. Toda aquela área é uma área expectante em relação a um grande projeto que está aprovado, que está publicado, mas em relação ao qual também é necessário que haja definições nacionais sobre ele. Nós no âmbito dos Municípios do Arco Ribeirinho Sul temos agendado reuniões com o Governo para que essa matéria possa ser abordada e possa ser tratada, para que consigamos ultrapassar as dificuldades que aí temos.



Em relação ao caso do Porto Brandão, enfim, aí é mais fácil dizermos que em relação às três edificações a que se referiu que tem havido uma desatenção grande, não do Município, mas uma desatenção grande da Administração Central em relação a elas. O caso mais emblemático é de facto o da Torre Velha que sendo um monumento nacional conseguiu-se fazer a coisa magnífica de duas entidades diferentes terem impedido o acesso por terra à Torre Velha. Um consentindo que uma unidade industrial ou de serviços de distribuição tenha cortado o acesso pela zona ribeirinha e o outro a forma como foi negociado o Lazareto também não existe acesso lá por cima. Neste momento quem quer ir à Torre Velha ou vai por favor ou tem que ir por mar. Este assunto foi tratado nacionalmente com a Sr.^a Diretora Geral do Património, isto tem estado a ser tratado e já colocámos aos serviços provavelmente a necessidade de ter que fazer uma operação de expropriação para que se crie um caminho público de acesso à Torre Velha. Veremos se é necessário que essa diligência seja feita e se assim for pensamos que terá que vir à Assembleia Municipal para que isso assim aconteça. A mesma coisa em relação à Ermida S. Tomás de Aquino, cujo valor patrimonial e histórico também da maior importância e em relação ao próprio Lazareto a mesma coisa se passa. Não deixaremos e era essa a mensagem que gostava de dizer, não deixaremos naturalmente de, sendo sensíveis às observações que nos fazem chegar, de fazermos tudo o que está ao alcance do Município para corresponder às necessidades de recuperação e reabilitação do nosso território em todas as dimensões. Não só na dimensão do edificado mas também na dimensão humana, na qualidade de vida das pessoas e para isso é importante também que as políticas sociais nesse aspeto tenham outra atenção, outra visão sobre estes territórios designadamente tendo em atenção as áreas importantes com população envelhecida, o caso da Cova da Piedade que é necessário rejuvenescer, estamos de acordo, é necessário rejuvenescer, mas também é necessário que a população da Cova da Piedade, os nossos idosos, os nossos reformados da Cova da Piedade possam ter as suas pensões e as suas reformas valorizadas e que possam ter o apoio social que merecem pela vida de trabalho que tiveram, para que também o território que habitam e onde circulam e a que dão vida, possam também ter outro ar e ter outra condição mais atraente e mais atraente naturalmente para todos. Em todas estas batalhas podem com certeza continuar a contar connosco, com a Câmara Municipal e também sempre com a abertura para que encontremos em conjunto os melhores caminhos, aqueles que estejam à altura dos nossos recursos que como sempre temos dito, os nossos recursos são para utilizar em bem da população. Se pedimos muito é porque também queremos investir muito e portanto esse é o nosso desígnio.”

7.3.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Ricardo Louçã - Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Breves notas relativamente a esta Proposta, Proposta e não só, também as sessões que se fizeram por várias, e em particular na Cova da Piedade e pelas Freguesias. Também uma nota para a equipa técnica que participou nestas reuniões. Excelente trabalho que aqui nos propõe, apesar de alguns reparos feitos pelo Sr. Deputado Nuno Pinheiro, mas contudo o que me traz aqui é sobretudo valorizar esta Proposta. Estas alterações de reabilitação urbana tendo em conta o património histórico industrial da Cova da Piedade. E alguém dizia já no passado que a Cova da Piedade era a mãe de todas as Freguesias, não era bem o caso, mas em particular e neste aspeto em particular o que muito me apraz registar de que vamos partir para uma operação de reabilitação, uma reabilitação de uma área urbana nobre, de uma nobre Freguesia e portanto apesar de alguns reparos, mas estou e estamos conscientes que vamos fazer com todo o empenho e profissionalismo que aliás foi demonstrado durante as sessões que se foram fazendo.

Dizer também que nas próprias sessões foram sessões participadas, ainda bem que a população esteve interessada, apresentou sugestões, sugestões essas que foram reconhecidas e recolhidas pela equipa técnica e com certeza ficarão plasmadas durante o processo de reabilitação urbana. Era só isso que queria dizer, aproveitando para desejar a todos um bom ano, com muita saúde.”

7.3.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas:

7.3.3.1 - A Proposta Nº 149/XI-3º, foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

Deliberação

Os Planos de Atividades do Município vêm assumindo nas suas opções a necessidade de continuação das ações para a reabilitação urbana com prioridade para os núcleos históricos.

O Município, conforme foi aprovado pelos órgãos autárquicos, preconiza nas Opções do Plano em vigor, na linha de orientação 1.10 - Promover a Reabilitação Urbana e a dinamização das áreas urbanas consolidadas, nomeadamente nas áreas delimitadas como Área de Reabilitação Urbana (ARU), com vista a preservar o património histórico existente e a memória coletiva, a requalificar estes territórios e a criar novas dinâmicas económicas, culturais e sociais. Criar um programa de incentivos à instalação de atividades económicas promovidas por jovens e criar programas de incentivo à sua fixação nestas áreas” objetivo que se mantem nas Opções do Plano para 2016.

A constituição da Área de Reabilitação Urbana do Porto Brandão - ARU no enquadramento de uma Reabilitação Simples, com base no Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, com as alterações da Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, tem como objetivos a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados, a melhoria



das condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificados e garantir a proteção, promoção e valorização do património cultural.

A ARU do Porto Brandão abrange uma área integrada na Freguesia de Caparica, que inclui o Núcleo Histórico de Porto Brandão e a área urbana ao longo da rua 1º de Maio e da rua 5 de outubro, da Fonte Santa e ainda o Lazareto e a Torre Velha e estará em vigor pelo prazo de 10 anos, a partir da data da sua publicação, prorrogáveis por mais 5 anos.

A Operação de Reabilitação foi nos termos legais submetida à apreciação do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana que através de despacho do seu Presidente, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 17º, Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, emitiu “parecer favorável ao projeto de Estratégia de Reabilitação Urbana, para a execução de uma Operação de Reabilitação Urbana Simples na Área de Reabilitação Urbana do Porto Brandão delimitada pelo município de Almada, tendo em consideração a coerência do documento apresentado, bem como a necessidade de se criarem condições para a promoção das medidas necessárias à reabilitação das áreas urbanas que dela carecem”.

A ORU do Porto Brandão foi também submetida a Discussão Pública nos termos do Decreto-Lei nº 307/2009.

1 - Assim a Assembleia Municipal de Almada em consideração do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto e nos termos e para os efeitos do nº 1, do artigo 90º, do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, aprova a Delimitação e estratégia de Reabilitação Urbana Simples da Operação de Reabilitação Urbana de Porto Brandão.

2 - A Assembleia Municipal aprova ainda a documentação destinada ao subsequente processo de publicação, registo e depósito previsto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, nos precisos termos da deliberação camarária de 16/12/2015.

7.3.3.2 - A Proposta Nº 150/XI-3º, foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

Deliberação

O Plano Diretor Municipal de Almada inscreve nos seus objetivos estratégicos de desenvolvimento “Reforço e Equilíbrio da Rede Urbana do Concelho e do seu papel na Região” e a “Melhoria do Ambiente Natural e do Ambiente Construído” e concretiza relativamente à Qualificação do Espaço Urbano a necessidade de “Salvaguarda e Valorização dos Núcleos Históricos”.



O Município de Almada assumiu através das Opções do Plano anual na sua linha de orientação 1.10 de “Promover a Reabilitação Urbana e a dinamização das áreas urbanas consolidadas, nomeadamente nas áreas delimitadas como Área de Reabilitação Urbana (ARU), com vista a preservar o património histórico existente e a memória coletiva, a requalificar estes territórios e a criar novas dinâmicas económicas, culturais e sociais. Criar um programa de incentivos à instalação de atividades económicas promovidas por jovens e criar programas de incentivo à sua fixação nestas áreas.

Foi neste quadro determinado pelo PDM e pelas opções estratégicas de desenvolvimento que a Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal, aprovou em Reunião Plenária realizada no dia 1 de julho de 2013 a “Estratégica de Reabilitação Urbana Simples da Cova da Piedade”, cuja deliberação foi publicitada através do Edital nº 121/X-4º/2012-2013 e publicada em Diário da República 2ª Série, nº 162, de 23 de agosto de 2013.

Entretanto e em resultado sobretudo da operacionalização da Operação de Reabilitação da Cova da Piedade impôs-se a necessidade de redelimitação da respetiva área de intervenção, ampliando-a e reafirmando o objetivo de reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados, melhorando as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificados e garantindo a proteção, promoção e valorização do património cultural.

Nos termos legais foram submetidas à apreciação do Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, IP, a Estratégia de Reabilitação e respetiva delimitação territorial a qual emitiu “parecer favorável ao projeto de alteração da Estratégia de Reabilitação Urbana, para execução de uma Operação de Reabilitação Urbana Simples na Área de Reabilitação da Cova da Piedade com a atual delimitação”.

A Operação de Reabilitação teve também em Discussão Pública, conforme determina o Decreto-Lei 307/2009, artigo 17º, nº 4, no período de 30 de setembro a 29 de outubro de 2015.

A Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal a alteração da delimitação e a Estratégia de Reabilitação Urbana da ARU da Cova da Piedade.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada em consideração do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto e nos termos e para os efeitos do nº 1, do artigo 90º, do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, aprova a Redelimitação e Estratégia de Reabilitação Urbana Simples da Operação de Reabilitação Urbana da Cova da Piedade, incluindo a documentação destinada ao subseqüente processo de publicação, registo e depósito previsto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 16 de dezembro de 2015.



7.4 - Entrou-se no ponto 3.5 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 151/XI-3º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 18/12/2015, sobre “Recrutamento excecional de 45 postos de trabalho de Assistente Operacional para limpeza e varredura e prevenção de fogos florestais e 6 postos de trabalho para Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais, por recurso a procedimento concursal destinado à época balnear”, (**Conforme Anexo XXIII**).

7.4.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.4.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É só corrigir o recrutamento excecional, como se devem ter dado conta, é de cinquenta e um postos de trabalho, sendo que quarenta e cinco são de limpeza e seis para trabalho de condutores de máquinas pesadas e veículos especiais.

O nosso desejo é que este processo que procuramos antecipar para esta data, nos permita também antecipar o processo de limpeza das praias da Costa da Caparica, como já temos dito em anos anteriores estes processos concursais são sempre muito demorados. Também agradecer a disponibilidade da parte do Sr. Presidente e da Assembleia Municipal para com tanta brevidade ter aceite esta Proposta e a podermos hoje aqui votar.”

7.4.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 151/XI-3º, que foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN) e uma abstenção (de eleita Ind.), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Nos termos das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de novembro do corrente ano de 2015, o Mapa de Pessoal para 2016, contempla a previsão de postos de trabalho que se caracterizam pela satisfação de necessidades, nomeadamente de natureza transitória e temporária inerentes à sazonalidade e acréscimo de atividades decorrentes da satisfação e adequado acompanhamento do período temporal correspondente à Época Balnear e Prevenção de Fogos Florestais, sendo que, a respetiva ocupação dos postos de trabalho para o efeito criados, assume relevância primordial no cumprimento das opções consagradas em Plano de Atividades, determinando o órgão deliberativo, por essa via, a consequente indispensabilidade e oportunidade na promoção do respetivo e urgente preenchimento, por forma a assegurar a boa execução das atividades programadas e a eles reportadas.



A proposta que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal tem em conta as disposições legais aplicáveis, nomeadamente, desde a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, como a Lei do Orçamento do Estado para 2015 e a Lei das Finanças Locais.

Assim nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 2, do artigo 64º, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, a Assembleia Municipal aprova a proposta da Câmara Municipal nos precisos termos da deliberação camarária de 18 de dezembro de 2015, autorizando a Câmara Municipal à abertura de procedimento concursal, mediante:

Recrutamento excecional, demonstrado o interesse público, se e apenas, quando decorrido o procedimento concursal e na sequência da homologação da lista de ordenação final, se verificar a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa, nos termos previstos no nº 3, do artigo 30, da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, o que será sempre precedido da adoção de todos os trâmites, procedimento e obrigações legais vigentes, para preenchimento dos postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional a seguir descritos:

Constituição de relações jurídicas de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo:

- a) Quarenta e cinco (45) postos de trabalho para exercício de atividades inerentes à Limpeza e Varredura e Prevenção de fogos florestais, com prazo de duração de 6 meses;
- b) Seis (6) postos de trabalho para exercício de funções de Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais, com prazo de duração de 6 meses.

8 - Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves, Maria Amélia de Jesus Pardal, António José de Sousa Matos, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Maria do Carmo Mira Borges, Vítor Manuel dos Santos Castanheira, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, Ivan da Costa Gonçalves e Francisco Miguel Pereira Cardina.

10 - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA; e de vinte e oito Srs. Múncipes.

11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 23H25 do dia 28 de dezembro de 2015.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

13 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____